



# **Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

## **PROJETO DE LEI Nº 085/2002**

**TORNA OBRIGATÓRIO O ENVIO À CÂMARA MUNICIPAL PELA PREFEITURA, DAS PLANILHAS APRESENTADAS PELAS CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.**

A Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete decreta:

Art. 1º - Fica obrigatório, no prazo de 48 (quarenta e oito horas) de seu protocolo no setor competente da Prefeitura, o envio à Câmara Municipal, pelo Prefeito, das planilhas de contas apresentadas pelas concessionárias e permissionárias dos serviços públicos municipais.

§ 1º - As referidas planilhas deverão ser entregues na Secretaria da Câmara Municipal, para serem devidamente protocoladas.

§ 2º - No caso do Serviço de Transporte Coletivo Urbano, também deverão ser obrigatoriamente enviadas à Câmara Municipal, as planilhas elaboradas pelo Conselho Municipal de Transporte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE, AOS 08 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2003.

VEREADOR WANDERLEY JOSÉ DE FARIA  
-Presidente da Câmara-

VEREADOR MARCO ANTÔNIO REIS CARVALHO  
-Secretário da Câmara-

/ELMCN/





# **Câmara Municipal de Conselheiro Lafaete**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

## **PROJETO DE LEI N° 085/2002**

**Assunto: TORNA OBRIGATÓRIO O ENVIO À CÂMARA MUNICIPAL PELA PREFEITURA, DAS PLANILHAS APRESENTADAS PELAS CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.**

A Câmara Municipal de Conselheiro Lafaete decreta:

Art. 1º - Fica obrigatório, no prazo de 48 (quarenta e oito horas) de seu protocolo no setor competente da Prefeitura, o envio à Câmara Municipal, pelo Prefeito, das planilhas de contas apresentadas pelas concessionárias e permissionárias dos serviços públicos municipais.

§ 1º - As referidas planilhas deverão ser entregues na Secretaria da Câmara Municipal, para serem devidamente protocoladas.

§ 2º - No caso do Serviço de Transporte Coletivo Urbano, também deverão ser obrigatoriamente enviadas à Câmara Municipal, as planilhas elaboradas pelo Conselho Municipal de Transporte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**SALA DAS SESSÕES, 19 DE NOVEMBRO DE 2002**

*Victor Bhering Neto*

**VEREADOR VICTOR BHERING NETO**



A Comissão de Legislação,  
Justiça e Redação para  
Parecer

26 / 11 / 2002  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

A Comissão de Serviços Pú-  
blicos, Administração Municí-  
pal, Política Urbana e Rural  
para Parecer

07 / 08 / 2003  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

DECRETO DE LEI Nº 085/2002  
A Povoado em 19 Discussão e Votação  
Votação. 13 Favoráveis — Nulos

— Contrários — Brancos  
CÂMARA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Em 26 de agosto de 2002

\_\_\_\_\_  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Secretário

Vice-Presidente

2º Secretário

DECRETO DE LEI Nº 085/2002

A Povoado em 29 Discussão e Votação  
Votação. 15 Favoráveis — Nulos

— Contrários — Brancos  
CÂMARA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Em 02 de setembro de 2002

\_\_\_\_\_  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Secretário

Vice-Presidente

2º Secretário

## Projeto de lei

Torna obrigatório o envio a Câmara Municipal pelo Prefeito, das planilhas apensadas pela Comissão de Juristas do Serviço de Transporte Urbano.

Artigo 1º - Fica obrigatório, no prazo de 48 horas do seu protocolo no Setor Expediente do Prefeito o envio à Câmara Municipal pelo Prefeito, das planilhas de conta apensadas pela Comissão de Juristas do Serviço de Transporte Urbano.

§ 1º - Referida planilha deverá ser entregue no Setor de Expediente da Câmara Municipal, para seu protocolo.

§ 2º - As planilhas elaboradas pelo Conselho Municipal de Transporte deverão ser, também, digitalizadas e enviadas à Câmara Municipal.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.





# Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

## ESTADO DE MINAS GERAIS

EXPEDIENTE  
07/08/2003  
N

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI Nº 085/2002.

### RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Vereador Victor Bhering Neto, que torna obrigatório o envio à Câmara Municipal, pela Prefeitura, das planilhas apresentadas pelas concessionárias e permissionárias dos serviços públicos municipais, vem a esta Comissão para emissão de parecer sobre sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, de conformidade com o art. 75 do Regimento Interno.

### FUNDAMENTAÇÃO

Dentre as atribuições do Poder Legislativo, a atribuição fiscalizadora é a mais importante dentro do Estado Democrático de Direito, estando a mesma voltada para o controle e a fiscalização dos atos do Executivo, impedindo-lhe os abusos e as práticas de atos de corrupção. Esta atribuição está prevista na primeira parte do art. 31, da Constituição Federal "*in verbis*":

**"Art. 31 – A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo,..."**

As atribuições de fiscalização são exercidas através do controle externo da execução orçamentária, do pedido de informações, do controle dos atos do Poder Executivo, da tomada de contas e/ou julgamento das contas do Prefeito Municipal.

A princípio a proposição de lei em tela poderia se tornar inócua, uma vez que não apresenta penalidade em caso de descumprimento da mesma por parte do Poder Executivo. Acontece que, caso o Executivo Municipal venha a descumprir o objeto da presente proposição, ele estará cometendo as infrações político-administrativas previstas no art. 77, da Lei Orgânica Municipal, incisos III e VII, ou seja, "desatender, sem motivo justo, aos pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular", e "praticar, contra expressa disposição da lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática".

Em suma, a proposição em epígrafe tem a pretensão de ser um instrumento a mais para o Poder Legislativo, no desempenho de sua função fiscalizadora, pois, com sua entrada em vigor, o Legislativo poderá estar constantemente informado sobre os custos e os preços praticados pelas concessionárias e permissionárias dos serviços públicos municipais, evitando assim, qualquer tipo de abusos.

### CONCLUSÃO


S.m.j., não há, quanto à iniciativa, nem quanto ao mérito, impedimentos de ordem legal, jurídica e constitucional para a tramitação regimental do presente Projeto de Lei, e que o mesmo seja discutido e votado pela Câmara, em Plenário.



**Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

CONTINUAÇÃO DO PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI Nº 085/2002.

SALA DAS COMISSÕES, 05 DE AGOSTO DE 2003.

  
VEREADOR DIMAS ANTÔNIO MARIOZA

VEREADOR DIVINO PEREIRA

  
VEREADOR MARCO ANTÔNIO REIS CARVALHO

/ALT/





**Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

EXPEDIENTE

19 / 08 / 2003

RESIDENTE

PARECER DA COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, POLÍTICA URBANA E RURAL AO PROJETO DE LEI Nº 085/2002.

**RELATÓRIO**

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Vereador Victor Bhering Neto, que torna obrigatório o envio à Câmara Municipal, pela Prefeitura, das planilhas apresentadas pelas concessionárias e permissionárias dos serviços públicos municipais, vem a esta Comissão para emissão de parecer quanto ao seu mérito, de conformidade com o art. 76 do Regimento Interno.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Nada obsta, do ponto de vista técnico e administrativo, a aprovação do Projeto de Lei em apreço, principalmente, tendo em vista que a função fiscalizadora do Poder Legislativo será fortalecida, pois, a Câmara será mantida informada sobre os custos e possíveis aumentos na prestação do serviço público.

**CONCLUSÃO**

Que o Projeto de Lei em tela seja discutido e votado pela Câmara em Plenário, alcançando a sua aprovação.

SALA DAS COMISSÕES, 18 DE AGOSTO DE 2003.

VEREADOR JOSÉ DERLY DA CRUZ ALEIXO

VEREADOR ROBERTO JOSÉ DOS SANTOS

VEREADOR FARLEY AUGUSTO FERREIRA DE ARAÚJO

/ALT/



**Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

APROVADO

APROVADO  
04/09/2003

**PARECER DA COMISSÃO DE REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 085/2002**

A Comissão de Redação é de parecer que o Projeto de Lei nº 085/2002, que torna obrigatório o envio à Câmara Municipal, pela Prefeitura, das planilhas apresentadas pelas concessionárias e permissionárias dos serviços públicos municipais, de autoria do Vereador Victor Bhering Neto, deva ser aprovado pela Câmara, com sua redação original.

SALA DAS COMISSÕES, 04 DE SETEMBRO DE 2003.

  
VEREADOR DIMAS ANTÔNIO MARIOZA

  
VEREADOR DIVINO PEREIRA

  
VEREADOR MARCO ANTÔNIO REIS CARVALHO

/ALT/



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE**

## **LEI Nº 4.535/2003**

**TORNA OBRIGATÓRIO O ENVIO À CÂMARA MUNICIPAL PELA PREFEITURA, DAS PLANILHAS APRESENTADAS PELAS CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.**

A Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete decreta e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica obrigatório, no prazo de 48 (quarenta e oito horas) de seu protocolo no setor competente da Prefeitura, o envio à Câmara Municipal, pelo Prefeito, das planilhas de contas apresentadas pelas concessionárias e permissionárias dos serviços públicos municipais.

§ 1º. As referidas planilhas deverão ser entregues na Secretaria da Câmara Municipal, para serem devidamente protocoladas.

§ 2º. No caso do Serviço de Transporte Coletivo Urbano, também deverão ser obrigatoriamente enviadas à Câmara Municipal, as planilhas elaboradas pelo Conselho Municipal de Transporte.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE AOS 26 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2003.

**VICENTE DE FARIA PAIVA**  
Prefeito Municipal

**JOSÉ ANTÔNIO DOS REIS CHAGAS**  
Procurador Municipal